



# **CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS**

**Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas**

## **PARECER PARA DISCUSSÃO ÚNICA DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 5/98**

### **I - RELATÓRIO**

Apresentado pela Mesa Diretora, o **Projeto de Resolução n.º 5/98** visa aprovar a proposta parcial do Orçamento da Câmara, para o exercício financeiro de 1999, que estima a receita em R\$ 305.000,00 e fixa a despesa em igual valor.

Pelo projeto, o valor total da proposta foi distribuído da seguinte forma:

- R\$ 285 mil para as despesas de custeio, que compreendem a folha de pagamento de vereadores e servidores e a aquisição de material de consumo;
- R\$ 20 mil para investimentos, assim divididos: R\$ 10 mil para obras de reforma do prédio da Câmara e os outros R\$ 10 mil para compra de equipamento e material permanente.

O art. 3º autoriza a Mesa Diretora abrir créditos suplementares até o limite estabelecido na Lei Orçamentária de 1999, a ser votada pela Câmara, sobre a despesa fixada no art. 1º do projeto, utilizando-se os recursos resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias.

### **II - FUNDAMENTAÇÃO**

#### **1) Do Projeto de Resolução n.º 3/93 e da iniciativa**

Tanto o projeto como os seus anexos estão elaborados de acordo com a técnica legislativas e as normas de direito financeiro.

A iniciativa é privativa da Mesa Diretora. Diz o art. 18, *caput* e inciso VI, do Regimento Interno da Câmara, que cabe privativamente à Mesa Diretora, em colegiado, elaborar e encaminhar ao Prefeito, após aprovação do Plenário, a proposta parcial do Orçamento da Câmara, para ser incluída na proposta geral do Município.

#### **2) Do valor orçado**

Segundo previsão do serviço de Contabilidade desta Casa, as despesas da Câmara neste exercício atingirão, no máximo, R\$ 200 mil.



# CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

## Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas

Diante disso, vê-se que o valor proposto para 1999, R\$ 305 mil, será suficiente para atender às despesas de custeio e para se fazer os investimentos previstos: pequenas reformas no prédio da Câmara e adquirir material permanente.

Deve-se ressaltar, ainda, que as despesas de custeio do próximo ano serão praticamente iguais às do corrente exercício, devido às pequenas taxas de inflação verificadas atualmente. O único acréscimo previsto refere-se à provável revisão dos valores dos subsídios dos vereadores.

### 3) Do crédito suplementar

Tal como previsto no art. 3º do projeto, é preciso deixar autorizado um limite, neste caso, igual ao que for estabelecido na Lei Orçamentária, para a Mesa Diretora remanejar recurso entre dotações, caso seja necessário. Este limite, contudo, deve ser o menor possível, já que a elaboração do Orçamento deve ser planejada de forma a evitar esse tipo de transferência de recursos.

### III - CONCLUSÃO

Em face do exposto, esta Comissão acolhe o voto do Relator e conclui pela aprovação do Projeto de Resolução n.º 5/98.

Sala das Reuniões, 20 de agosto de 1998.

  
Sebastião Miranda de Resende  
Presidente e Relator

Anídsom Gabriel  
Membro

  
Mariosan Rodrigues da Silva  
Membro